

Famílias e limites

Rosely Sayão



Por que falar de família para profissionais de educação? Talvez o melhor motivo seja porque na escola nos relacionamos com as famílias, referimo-nos a elas e procuramos entender suas responsabilidades — por isso devemos parar e pensar um pouco a respeito dessa família.

Há um fenômeno acontecendo: a família está em pleno processo de transição, e, tal qual a conhecemos no passado, chegou ao fim, pelo menos do ponto de vista conceitual, ao término dos anos 1950. Até então, a configuração hegemônica de família em todo o mundo consistia de um homem e uma mulher que se uniam pelos laços do matrimônio civil ou religioso, jurando que permaneceriam juntos até que a morte os separasse. A divisão dos papéis de tal união era bem clara e previamente definida: ao homem cabia, principalmente, o sustento da família; à mulher tocava uma parte do sustento da família, com o trabalho remunerado, o trabalho não remunerado realizado em casa e, especialmente, exercer a tarefa de elemento integrante de toda a família. Tratava-se de um modelo claramente matriarcal, por mais que parecesse patriarcal.

No início dos anos 60, a família começou a sofrer modificações em virtude das mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas ocorridas no mundo. A família tradicional tinha como núcleo o pai e a mãe, os quais interagiam vertical e horizontalmente com o restante dos integrantes. O pai ocupava o posto mais elevado na hierarquia de autoridade, mas reconhecia sua subalternidade em relação aos seus pais e a condição de fraternidade com seus colaterais (irmãos, primos, etc). Era o que se denominava de “família estendida”. Os diversos parentes próximos podiam chamar a atenção das crianças da família, isto é, mesmo na vida privada os adultos sabiam que tinham compromisso com a educação dos mais novos. O núcleo familiar então vigente (pai e mãe) era referência de autoridade e hierarquia. Os pais decidiam o destino de seus filhos até o final da adolescência, que durava até os 17-18 anos. Havia um consenso de que os filhos não tinham voz ativa no interior das famílias.

As transformações advindas com os anos 60 resultaram numa realidade em que não se constata um modelo ou uma configuração familiar. A própria sociologia evita definições precisas sobre a família, dada sua manifestação multifacetada nos nossos dias. Segundo uma bem-humorada definição sociológica, “família é o grupo de pessoas que têm a mesma chave de casa”. Com o advento do divórcio e a conseqüente sucessão de múltiplos casamentos, a relação horizontal-vertical quebrou-se totalmente. Hoje, as relações de parentesco mais afastadas servem, praticamente, apenas para a orientação de pesquisas de formação da árvore genealógica das pessoas. A “família estendida” passou a ter um único núcleo.

A posição dos pais nas relações com seus filhos mudou. O declínio da educação familiar ocorreu, principalmente, por razões sociais e culturais. A ilusão do ideal da juventude eterna pressiona os adultos num mundo feito para os jovens, em que a

infância e a velhice desapareceram. Todo mundo é classificado como jovem na atualidade, em que crianças se comportam e são tratadas como adultos e os adultos conservam comportamentos inconseqüentes, insolentes e egocêntricos, típicos da juventude. Um exemplo dessa atitude é o esquecimento de dedicação, de disponibilidade e de abdicação em favor dos filhos.

Não há questão mais comentada, atualmente, do que a ameaça representada pela prática de *bullying* contra crianças. Tal prática ocorre, principalmente, nas escolas: na entrada, na saída, no recreio e nas salas de aula. Onde estão os adultos? Talvez as crianças tenham-se tornado invisíveis aos olhos sempre ocupados dos professores porque as percebemos como adultos. Fazendo uma comparação com o modelo familiar tradicional que descrevemos, na atualidade o lugar nuclear da família estendida está vago. Não mais o casal adulto que originou esse núcleo ocupa a posição, mas os filhos. Na família contemporânea, tudo é decidido e determinado pelos filhos: onde passar as férias, onde almoçar, em que escola estudar.

Nós, educadores, esquecemos que as famílias de nossos alunos são iguais às nossas. Há quem faça parte de famílias tradicionais e quem viva em famílias que já começaram a transição — todos trabalhamos, todos sentimos a pressão da ideia de juventude eterna, etc. Não se pode pensar em termos de “família desestruturada” ou “família disfuncional”, como querem alguns teóricos, uma vez que há momentos melhores e momentos piores na vida de todas as famílias, inclusive as dos professores.

Com tantas transformações e mudanças de conceitos na sociedade, as crianças aprendem determinados valores e ideais do mundo contemporâneo característicos dos adultos, como, por exemplo, o estímulo ao consumo. Antes, dizia-se: “Penso, logo existo”; agora, diz-se: “Consumo, logo existo”. Se a criança não consome, não demonstra um estilo de vida, sente-se como se não existisse — e seus pais também pensam assim. Nós, educadores, de certa forma pactuamos com isso ao não trabalharmos o pensamento crítico da criança em relação ao consumo. Pior: nós, inadvertidamente, estimulamos o consumo dentro das próprias escolas.

Outra prática incentivada de maneira equivocada é a participação nas redes sociais, uma vez que as crianças ainda precisam ser socializadas (o que acontecerá no início da adolescência) e estão em idade de praticar a celebração familiar, algo muito mais importante. Nós também colaboramos com a difusão de valores como a importância da competição e de se ser vencedor, com as listas de melhores alunos, melhores escolas, etc. Conheço exemplos que demonstram que a importância dada ao êxito escolar não faz diferença para a vida profissional. A verdadeira diferença é a formação do caráter na escola da cidadania, da chamada “escolarização secundária”.

Para se escapar a essas práticas equivocadas, uma boa atitude seria rever nosso costume de chamar todo mundo na escola de amigo em vez de colega. Sem nos darmos conta, matamos, ao mesmo tempo, os conceitos de amizade e de coleguismo. Amigo se escolhe a partir de afeto e é alguém com quem se tem uma identificação; colega não se escolhe (com quem se estuda, trabalha, viaja nos transportes coletivos). Ensinamos os alunos a viverem com amigos e não com colegas. Entretanto, na escola é importante ensinar o coleguismo: não é preciso gostar do colega nem simpatizar com ele, mas é necessário aprender a trabalhar com ele de maneira respeitosa, justa e solidária. A solidariedade e a colaboração são fundamentais para que a vida flua melhor.

Na cultura do consumo é importante lembrar que para que se consuma é necessário que se descarte. Tudo tornou-se descartável: objetos, escolas, famílias. No nosso contexto sociocultural consumir é mais importante do que manter. No que diz respeito à família, que até 1959 se unia até que a morte a separasse, hoje se une até que a vida a separe. Isso porque não se consegue assumir um compromisso duradouro, já que pode surgir uma paixão a qualquer momento na vida dos cônjuges. Ou então a vida profissional requer um deslocamento para longe da família.

Enquanto a família conheceu desde 1960 uma grande transformação na sua configuração, a escola não sofreu o mesmo processo. Houve, por certo, mudanças na escola, porém não em sua configuração. Se analisarmos imagens de alunos e professores em sala de aula há 50 anos e as compararmos com a realidade atual, veremos que houve uma alteração no modo de se vestir e, sobretudo, na introdução de aparatos tecnológicos. Porém, continua-se a ter a mesma postura, frequentam-se as mesmas séries e são dadas as mesmas aulas. Quando digo que a escola não muda, refiro-me ao fato de que não repensa a maneira de honrar a sua missão.

Os especialistas no estudo da escola dividem em três períodos distintos sua organização: até o final da década de 1950, a escola das certezas, à qual só uma minoria tinha acesso; na década de 1970, a escola da promessa — com a democratização do acesso à escola; e o tempo atual, o da escola das incertezas, em que a elite abandona a escola pública em favor da escola privada e se altera o conceito de autoridade, respeito e convivência. Na nossa realidade, temos poucas maneiras, efetivamente, de colocar em ato, nas escolas, idéias bonitas e utópicas, que esbarram no marasmo legado do passado. Além disso, a vida urbana no limite entre a civilidade e a barbárie e, de forma equivocada, ainda acreditamos que não se podem impor limites às crianças. Elas precisam de adultos que as tutelem o tempo todo. Mas onde estão os adultos?

A escola das incertezas nos coloca a seguinte questão: podemos prometer aos alunos que a escola poderá mudar suas vidas e melhorará a sociedade? Acredito que não. Mesmo porque perdemos todas as referências e certezas quanto ao conteúdo a ser passado aos estudantes, no que diz respeito à utilidade para seu futuro. Entretanto, a partir dessa situação temos a grande possibilidade de chamar a nós o compromisso de mudar a realidade e reconstruir nossa função social no âmbito desse panorama.